

# A defesa da renegociação

por Ricardo Moraes  
de São Paulo

Os primeiros aplausos foram para o professor Luciano Coutinho. O atual governo tem condições de adotar medidas para superar a atual crise cambial? A pergunta do auditório, respondeu sincero: "A sensação que temos é que o governo acabou, mas ainda tem um mandato a cumprir". As palmas de empresários e executivos presentes ao painel sobre "A Questão Externa", logo pela manhã, revelaram um plenário curiosamente até mais oposicionista do que o próprio Coutinho, professor da Unicamp, recém-eleito presidente do Conselho dos Economistas de São Paulo, pela chapa da oposição.

E Coutinho emendou, dizendo que gostaria que o governo mudasse e adotasse medidas para o bem da sociedade brasileira, através do entendimento político, do prosseguimento das negociações.

O painel, o primeiro do seminário "Em Busca do Brasil Viável", começou com a revelação de um sonho, narrado por Arnaldo Gueller, diretor-superintendente do Sul Brasileiro, ao diretor geral da Gazeta Mercantil, Luiz Fernando Ferreira Levy, que abriu os trabalhos. No sonho, os empresários tomavam um avião para Nova York e, em contato com os credores, de empresários para empresários, diriam o óbvio: nós não temos condição de pagar agora, mas queremos espaço para poder pagar adiante, até porque tudo indica que o não pagamento será uma realidade.

Se é possível dizer que existe consenso, foi o que se deu em torno da noção de que o Brasil não cumprirá as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na terceira carta de intenção. E como, presidindo o painel, estivesse um membro de um órgão de assessoramento do governo — o Conselho Monetário Nacional —, o empresário Abílio dos Santos Diniz, diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, seu colega, Alípio Gusmão dos Santos, do Grupo Gusmão dos Santos, do auditório, perguntou: "O senhor já expôs estas posições ao ministro Delfim Netto e ao presidente Figueiredo?"

Diniz, que antes já havia considerado a última carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como muito difícil de ser cumprida e reclamado medidas de mais profundidade e um programa de médio e longo prazo, admitiu: "Infelizmente não apenas as minhas palavras têm-se perdido, mas a de muitas outras pessoas que têm tentado falar". "Não é meu dever ser um sustentáculo do governo, nem isto me foi pedido", completou, um tanto embaraçado.

## SÓCIOS DE UMA FARSA

Os técnicos do governo brasileiro, os técnicos do FMI e alguns bancos credores do Brasil, especialmente os norte-americanos, são sócios de uma farsa, e a terceira carta de intenção, que já está superada antes de ser assinada, trata-se de um acordo ritualístico para salvar as aparências. Essa severa crítica foi feita, em seguida, pelo professor da PUC do Rio de Janeiro, André Lara Resende, e serviu de base para todos os demais pronunciamentos.

Mesmo reconhecendo que a terceira carta de intenção contém algumas mudanças técnicas positivas, que a tornaram mais flexível, Resende foi duro na constatação de que ela mantém todas as mesmas metas das anteriores e que não serão cumpridas. A meta de uma inflação entre 155 e 160%, por exemplo. Todos sabem, disse ele, que a inflação neste ano será superior a 200%. E que acentuará a recessão.

Coutinho foi além ao falar da inflação. Ao descrever a situação cambial brasileira como de definitiva insolvência, ele res-

saltou que já vivemos uma inflação em termos médios de 300% ao ano, que facilmente pode chegar a 400 ou 500% ao ano. A inflação não cederá e o mergulho recessivo e o Decreto-lei nº 2.065, a seu ver, serão impotentes para detê-la. Ele propôs um plano de emergência dentro de um acordo nacional para superação da crise.

## MORATÓRIA

Seu colega Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, também da Unicamp e consultor do Fórum Gazeta Mercantil, rompeu o mito do "medo semântico" que, atualmente, envolve a palavra moratória: "Espero que o Brasil seja capaz de declarar a moratória. Que tenha a coragem de declarar a moratória, único meio de permitir uma negociação mais favorável da dívida externa".

Para Belluzzo, a moratória mexicana foi o último sinal da existência do sistema internacional de crédito ou o primeiro sinal de sua ruptura. "Não há mais mercado de fundos líquidos", declarou, lembrando que o FMI foi concebido para enfrentar crise de curto prazo.

O economista do Ibre/FGV, Paulo Nogueira Batista Jr., alertou para os limites do que pode ser suportável social e politicamente, ao mencionar que, a partir deste ano, o Brasil estará sendo forçado a efetuar uma transferência prematura de recursos reais para o exterior, um processo que, a julgar pela nova carta de intenção deverá intensificar-se em 1984.

E previu: "Se não for alterada a filosofia básica dos programas de ajustamento e financiamento em curso, esta transferência prematura de recursos para o exterior irá constituir carga pesada para o País ao longo da década de 80 e poderá deprimir de forma duradoura a capacidade de crescimento da economia brasileira".